

Dir. Oficina

SÔNIA ARARIPE  
Colaboradora

**Rio** — O quadro de crise devi-  
do às dificuldades que o Gover-  
no Sarney tem encontrado para  
negociar a dívida externa pode  
gerar ainda outros desdobra-  
mentos. Se os bancos credores  
insistirem em manter um duro  
diálogo com os interlocutores  
oficiais, sem aceitar o pedido de  
adiamento para o pagamento  
dos créditos de curto prazo, o  
cenário pode ficar ainda mais  
sombrio.

Sem a renovação dos créditos  
de curto prazo, poderia haver a  
insolvência das agências dos  
bancos brasileiros no exterior.  
Esta quebra viria seguida de  
uma estatização de parte do sis-  
tema bancário nacional. Os  
banqueiros preferem não com-  
mentar esta hipótese, apostan-  
do na boa vontade dos credores  
externos. Crise é uma palavra  
que tem soado como verdadeiro  
alarme para este setor.

O ex-presidente do Banco  
Central e ex-diretor do Banco  
do Brasil, Carlos Brandão, hoje  
à frente da diretoria do Banco  
Econômico, adverte que difícil-  
mente o Governo Sarney escoller-  
ia o caminho da estatização.  
Ele lembra que, além das  
agências no exterior dos bancos  
privados, também o Banco do  
Brasil seria afetado, já que é  
um banco de capital misto. Pa-  
ra Brandão, o quadro de 82/83  
foi bem pior e mesmo assim o  
País conseguiu renegociar a  
dívida, sem afetar a posição dos  
bancos brasileiros no exterior.

Já o economista Sérgio Gol-  
denstein, que tem acompanha-  
do de perto o movimento sindi-  
cal dos bancários como técnico  
do Dieese (Departamento Inter-  
sindical de Estatísticas e Estu-  
dos Sócio-Econômicos) alerta para  
o risco da sociedade civil  
acabar arcando com o ônus da  
estatização de parte do sistema  
bancário, a exemplo do que já  
ocorreu com a quebra do Banco  
Comind. Na sua opinião o me-  
lhore seria a estatização, via  
uma porta política, a exemplo  
da França.

A estratégia do Governo Sar-  
ney de fortalecer o Banco do  
Brasil, concedendo-lhe outras  
funções do conglomerado finan-  
ceiro, pode ser um primeiro si-  
nal de que está para surgir um  
superbanco. A Caderneta Verde  
foi a primeira aprovação, e a in-  
tenção oficial é de conquistar  
um terço do mercado.

O Brasil deverá conseguir re-  
novar suas linhas de crédito de  
curto prazo, eliminando assim a  
possibilidade das agências de  
bancos nacionais no exterior  
quebrarem, o que levaria a uma  
possível estatização do Sistema  
Bancário Brasileiro, diz Carlos  
Brandão. Ele não crê que os  
bancos credores tenham inter-  
esse em facilitar uma insol-  
vência do Sistema Financeiro  
Nacional.

"O quadro atual é bem mais  
favorável do que o visto em 82 e  
83", assegura Brandão adver-  
tindo, entretanto, que agora há  
ao menos duas importantes mu-  
danças: A primeira, é que o  
País tem insistido em não cair  
nas redes do Fundo Monetário  
Internacional (FMI), sem acei-  
tar sequer seu monitoramento.  
A outra "é que desta vez o País  
não apresentou ainda nenhum  
plano de estabilização econômi-  
ca de longo prazo, capaz de ge-  
rar confiança dos credores ex-  
ternos".

Carlos Brandão observa que,  
enquanto outros países em si-  
tuações semelhantes ao Brasil,  
já conseguiram negociar suas  
dívidas externas em boas ba-

ses, o caso brasileiro ainda não  
foi solucionado. Na sua opinião,  
a principal causa nesta demora  
tem sido não só as duas razões  
anunciadas anteriormente (a  
rompimento com o FMI e a fal-  
ta de uma política de longo prazo)  
mas especialmente porque  
"estão misturando os proble-  
mas da política externa com os  
de política interna". O ex-  
presidente do BC afirma que  
ainda não está certo se a mora-  
tória é a melhor solução para o  
País, mas garante que não ha-  
via realmente outra saída.

O pedido do Governo Brasilei-  
ro de adiamento de 90 dias ou  
até mesmo de um período maior  
para o pagamento dos  
créditos de curto prazo deverá  
ser aceito, segundo Brandão,  
lembmando que até junho o País  
terá mais tempo para negociar  
em melhores bases do que as de  
hoje. Ele também mostra-se  
otimista quanto ao futuro do  
Sistema Bancário Brasileiro. O  
risco de insolvência das agên-  
cias dos bancos brasileiros no  
exterior é praticamente descartado  
pelo ex-presidente do BC. O  
mais provável, na sua opinião,  
é que os bancos credores  
renovem os créditos de curto  
prazo, que na sua maioria estão  
com seus dias contados: o dia  
"D" é 31 de março.

"Não vejo nenhuma seme-  
lhança entre o caso brasileiro e  
o mexicano", afirma Carlos  
Brandão, lembrando o episódio  
ocorrido em 82, quando o Méxi-  
co precisou estatizar suas agên-  
cias no exterior para não que-  
brar todo seu sistema bancário.  
Além disto, ele lembra que, no  
caso do Governo Brasileiro, estatizar  
as agências dos bancos  
nacionais no exterior, também  
os bens do Banco do Brasil so-  
freriam com o confisco. E aí,  
adverte Brandão, a estatização  
abrangeria as ações do BB, dei-  
xando assim de ser uma insti-  
tuição de economia mista. "Po-  
de até ser que ocorram alguns  
casos de quebras isoladas, mas  
tudo poderá ser contornado co-  
mo foi em 82/83, quando os pro-  
blemas foram muito maiores",  
observa.

A sociedade civil deve ficar  
muito atenta à hipótese do Go-  
verno Sarney vir a estatizar as  
agências de bancos nacionais  
do exterior, caso haja a quebra  
destes bancos. Isto não signifi-  
cará que os conglomerados com  
sede no País também irão en-  
trar em colapso, já que as con-  
tabilidades saem completamente  
separadas. E o grande risco é  
de que o ônus desta medida re-  
caia sobre a sociedade, aumen-  
tando ainda mais o "rombo"  
nas contas oficiais. O alerta é do  
economista Sérgio Goldenstein,  
que tem acompanhado de perto  
o Movimento Trabalhista Ban-  
cário como técnico do Dieese.

Ainda com base em especula-  
ções, Goldenstein explica que a  
estatização do Sistema Bancá-  
rio poderia surgir via uma rup-  
tura entre os agentes do capital  
produtivo e os banqueiros. Esta  
alternativa, também com forte  
impacto político, poderia ser  
considerada uma resposta de  
empresários, industriais, co-  
merciantes e produtores agrí-  
colas, à atual política do Sistema  
Bancário. Ultimamente, os em-  
presários não se cansam de  
acusar os banqueiros de esta-  
rem forçando um verdadeiro  
"suicídio coletivo" de milhares  
de micro, pequena e média em-  
presas, incapacitadas de supor-  
tarem a asfixiante alta das ta-  
xas de juros.

Mesmo considerando todas as  
três hipóteses muito remotas, o  
economista observa que o Go-  
verno Sarney já conta com o  
aparato jurídico, caso desejas-

se tomar esta medida. "O  
Decreto-lei 2321, de 25 de feve-  
reiro, que deu base para as re-  
centes intervenções nos bancos  
estaduais, é um verdadeiro AI-5  
do Sistema Financeiro", disipa-  
ra Sérgio Goldenstein. Segundo  
ele, baseado neste Decreto, o  
Governo poderia estatizar par-  
cialmente ou mesmo todo o Sis-  
tema Financeiro Nacional.

Goldenstein observa que, ca-  
so haja um quebra das agências  
de bancos brasileiros no exte-  
rior, os conglomerados no País  
também não quebrarão. "O  
grande risco, é que se as linhas  
de crédito de curto prazo real-  
mente não forem renovadas, o  
que não creio, o passivo seria  
incorporado pelo Governo, mas  
o ativo dos conglomerados per-  
maneceriam a salvo", explica.  
Isto significa que com este tipo  
de estatização, causada pela in-  
solvência do sistema, o Governo  
poderia ficar com os prejuízos  
destas operações. E, no final,  
quem acabaria tendo de pagar  
as contas seria a sociedade,  
com o crescimento do rombo de  
caixa do Governo. "Foi o que  
aconteceu com o caso do banco  
Comind", adverte o economis-  
ta.

Na sua opinião, a única hipó-  
tese que a estatização poderia  
ser bem recebidas seria via  
uma grande mudança política  
ligada a uma maior democratiza-  
ção do País. Com um Governo  
de tendência socializante, a  
estatização do Sistema Bancá-  
rio poderia alterar os atuais pa-  
péis dos agentes do mercado.  
"É preciso uma redefinição dos  
papéis dos bancos estaduais,  
privados, federais", sugere  
Goldenstein.

Com esta verdadeira revira-  
volta no Sistema Bancário, o  
economista alerta que seria a  
hora certa do Governo deixar  
de apenas observar o comporta-  
mento do mercado. "O Governo  
poderia usar seu papel de regu-  
lador do mercado, baixando,  
por exemplo, as taxas de juros e  
as taxas de regulador de redes-  
conto de duplicatas. Assim, a  
poupança gerada pelo Sistema  
Financeiro teria uma função so-  
cial e não somente especulati-  
va", defende.

Apenas um diretor de um for-  
te conglomerado nacional, tam-  
bém com agências no exterior,  
aceitou descrever o por que des-  
te cerco silencioso. Insistindo  
em não ser identificado, nem  
mesmo o nome do banco que di-  
rigiu, a fonte afirmou que o mo-  
mento é muito delicado para  
qualquer declaração. "Está-  
mos em meio a uma renegocia-  
ção da dívida externa", observa  
o diretor do conglomerado fi-  
nanceiro. A apreensão dos ban-  
queiros tem fortes motivos. Ca-  
so o Governo estatize as agên-  
cias dos bancos no exterior, não  
só a credibilidade dos conglome-  
rados ficará abalada, mas  
principalmente sua posição no  
exterior e no mercado nacional  
estarão seriamente afetadas.

O Governo sabe que a insol-  
vência dos bancos no exterior  
não interessa nem aos banquei-  
ros, nem aos credores, e nem  
mesmo resolvendo suas dificul-  
dades com a dívida externa. O  
diretor lembra que por este mo-  
mento o ministro Dilson Funaro  
tem feito tanto esforço visando  
conseguir um adiamento para o  
pagamento dos créditos de cur-  
to prazo. Um colapso nas agên-  
cias de bancos brasileiros no ex-  
terior poderia piorar ainda  
mais o atual quadro externo do  
País. As exportações e importa-  
ções brasileiras teriam seus fi-  
nanciamentos prejudicados.  
lembra a fonte. "Não interessa a  
ninguém a quebra destas  
agências", frisa.